

Contribuições do Movimento pela Base à discussão sobre estratégias nacionais de Recomposição das Aprendizagens

1. Introdução

A implementação de uma estratégia nacional de recomposição das aprendizagens emerge como uma medida crucial para enfrentar os desafios e garantir a qualidade e equidade do sistema educacional. O Movimento pela Base elaborou esta nota técnica a partir do levantamento de estudos, análise de normativas e escutas com especialistas e gestores públicos estaduais e municipais da Educação Básica. Este documento sistematiza a nossa visão sobre pontos chave que precisam ser considerados numa iniciativa como esta.

2. Por que precisamos falar de Recomposição das Aprendizagens?

- Segundo dados da OCDE¹, o **Brasil foi o quarto país do mundo com mais dias de interrupção das aulas presenciais**, considerando os anos de 2020 a 2022, ficando atrás do Chile, Letônia e Polônia. Somente em 2020, foram 178 dias de escolas brasileiras fechadas, contra 48 dias de média dos países da OCDE.
- **O Brasil foi um dos últimos países do mundo a reabrir as escolas**, e a aplicação do modelo remoto nas escolas ampliou as defasagens de aprendizagem, já críticas no país.
- **Estudantes afetados pela pandemia estarão na escola pelo menos nos próximos 10 anos**. Numa perspectiva temporal, estudantes que estavam no primeiro ano do Ensino Fundamental em 2020

¹ OECD (2022), Education at a Glance 2022: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>

completarão a Educação Básica em 2031 (caso não haja reprovação) e levarão os efeitos da perda de aprendizagem de forma cumulativa para os Anos Finais e o Ensino Médio.

- **Se os alunos já saíam da escola sem saber o adequado², os resultados são ainda mais dramáticos sem recomposição.** Isso significa dizer que as defasagens que já existiam antes da pandemia na Educação Básica se tornaram ainda maiores por conta dos efeitos perversos do fechamento das escolas entre 2020 e 2022;
- **Os alunos que tiveram a alfabetização mais prejudicada durante o fechamento das escolas estão hoje, entre o 3º e o 8º ano. Portanto, temos que olhar com especial atenção para os anos finais.** Antes da pandemia, apenas 48% das crianças se alfabetizaram na idade certa³ - ou seja, a maior parte já se alfabetizava - quando isso acontecia - a partir do 3º ano. Logo, muitos dos alunos que tiveram a alfabetização prejudicada estão, hoje, nos anos finais do EF e terão a sua trajetória prejudicada, caso não haja uma intervenção pedagógica de recomposição dos conhecimentos que não foram consolidados.

² Com base nos dados de aplicação do SAEB, ao comparar a aplicação de 2019 e 2021, é possível afirmar que houve queda de aprendizagem. Para 3º ano do Ensino Médio nas escolas públicas, por exemplo, temos uma redução do percentual de estudantes com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa (34% em 2019 para 31% em 2021) e Matemática (7% em 2019 para 5% em 2021).

³ INEP (2021).



O que as pesquisas dizem sobre as perdas de aprendizagem?

O Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE - UFRJ), em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, realizou um estudo com crianças da Pré-Escola em Sobral nos anos de 2019 e 2020, que mostrou um efeito médio de 4 meses de perda para linguagem e matemática na amostra de estudantes de 2020 em relação ao ano anterior. O estudo sugere ainda que há um aumento das desigualdades de aprendizagem em linguagem comparando crianças de um nível socioeconômico maior com as de nível socioeconômico menor. A diferença é grande, equivalente a até 2 meses de aprendizado

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a proporção de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos que não sabiam ler e escrever chegou a 47,4% e 44,5%, respectivamente, em 2021, sendo que em 2019 era de 28,8% e 28,2%. Entre as crianças brancas, a proporção passou de 20,3% para 35,1% durante o mesmo período. Dentre as crianças mais pobres, a porcentagem foi de 33,6% para 51% entre 2019 e 2021, e entre as crianças mais ricas, o aumento foi de 11,4% para 16,6%⁴.

Um estudo⁵ realizado por Guilherme Lichand e Carlos Alberto Dória estimou as perdas de aprendizagem para alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio na rede estadual de São Paulo, comparando o desempenho de alunos em testes padronizados nos anos de 2019 e 2020. Os autores observaram um impacto nos testes padronizados de -0,32 de desvio padrão, o que seria equivalente à aprendizagem, em 2020, de somente 27,5% do que foi aprendido no formato presencial — uma perda estimada em oito a nove meses de aprendizado.

Os resultados do último Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), divulgados em 2022, mostraram como a Covid-19 impactou a educação brasileira. Segundo dados do INEP, nos últimos dois anos, a aprendizagem de crianças e adolescentes em áreas como matemática e língua portuguesa regrediu a patamares compatíveis com 2015. A média em leitura e escrita para os alunos do 2º ano do ensino fundamental despencou 24 pontos, indo de 750 (em 2019) para 726 (em 2021). Já no 9º ano, o desempenho dos alunos em matemática voltou aos níveis de 2015, com a queda de 6,7 pontos.

De acordo com o Inep, 38,4% dos estudantes brasileiros que fizeram a avaliação do PIRLS em 2021 (uma avaliação internacional que checa as habilidades de leitura dos estudantes do 4º ano do ensino fundamental)

⁴ Pnad 2021

⁵ Lichand, Guilherme e Alberto Doria, Carlos, Os impactos duradouros do ensino remoto na ausência de políticas corretivas: evidências do Brasil (16 de maio de 2023). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4209299> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4209299>

não chegaram sequer ao nível básico de proficiência (obtiveram menos de 400 pontos). Segundo uma fala de Ernesto Faria, do IEDE, não é possível aferir o que esses estudantes são ou não capazes de fazer. É bastante provável que uma parcela relevante desses alunos, em especial aqueles que obtiveram menos de 340 pontos (25%), não tenha conseguido sequer ler a prova.

3 . Um histórico das ações de Recomposição das Aprendizagens no Brasil

O parecer 05/2020 do CNE trouxe um posicionamento importante acerca da necessidade de repensar a organização formal das aprendizagens e as práticas pedagógicas a partir de um *continuum curricular*⁶, considerando a legislação vigente, mas sobretudo, a situação atípica do Brasil na época da pandemia e a possibilidade iminente de diminuição do ritmo de aprendizagem dos estudantes.

Ainda neste ano de 2020, os governos estaduais e municipais começaram a definir estratégias de resposta às perdas de aprendizagem, ancorados pela Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020⁷ que retoma a questão da criação de um *continuum curricular* com o ano letivo subsequente com o objetivo de garantir o reordenamento das aprendizagens previstas pela BNCC.

A resolução orientava que no âmbito dos sistemas de ensino, os estudantes fossem submetidos à um processo de

⁶ O Parecer CNE/CP 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, trouxe no seu texto que “a legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em continuum o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.”

⁷ Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

avaliação diagnóstica por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades desenvolvidas nas atividades pedagógicas não presenciais, e a construção de um programa de recuperação das aprendizagens com base nas habilidades e competências dos referenciais curriculares alinhados à BNCC.

É importante considerar que houve um longo período de ausência do governo federal na definição de estratégias nacionais para a recomposição das aprendizagens. Apenas em Maio de 2022 (24 meses após a determinação da situação de calamidade pública e o fechamento das escolas), o Ministério da Educação publicou o [Decreto 11.079/22](#) que criou a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Por conta dessa demora do governo federal, as redes de ensino buscaram agir por conta própria e definiram estratégias para trabalhar as perdas de aprendizagem.

No ano de 2022 a Undime, com apoio do Itaú Social e UNICEF realizou duas pesquisas⁸ com redes municipais para levantar informações sobre as estratégias de recomposição. Os resultados do levantamento mostram que:

- A maioria das secretarias municipais de educação propuseram medidas de recomposição/ recuperação de aprendizagem;
- As Secretarias de Educação estão liderando, em parceria com as escolas, as avaliações de defasagens de aprendizagem e as estratégias de recomposição;
- A maior parte das redes implementaram atividades de recomposição/ recuperação dentro do turno e contraturno escolar, ambas de forma presencial;

O Vozes da Educação, a pedido da Fundação Lemann, realizou um levantamento e sistematização de informações referentes às políticas, projetos e programas de recomposição das aprendizagens, com foco exclusivo em ações voltadas para alunos de Anos Finais do Ensino Fundamental.

⁸ Pesquisa Educação na Pandemia - Achados da sétima e oitava ondas, referentes a 2022, disponíveis [aqui](#).

A partir de uma pesquisa bibliográfica de documentos oficiais de 24 Unidades Federativas, e de publicações de organizações responsáveis pela execução dos programas e notícias veiculadas por jornais locais, blogs jornalísticos e revistas especializadas, foram levantadas as seguintes informações sobre ações de recomposição das aprendizagens:

- 16 estados declararam ter um plano de recomposição das aprendizagens;
- Mais da metade dos Estados realizou a priorização de aprendizagens à luz dos referenciais curriculares (17 redes). Essa priorização considerava a elaboração, pela rede, de documentos a fim de promover o desenvolvimento das habilidades prioritárias com base nos currículos vigentes e/ou da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- 23 redes estaduais previam ações de avaliação da aprendizagem (avaliações diagnósticas, formativas e somativas, realizadas em larga escala, elaboradas pelas redes de ensino ou parceiros, e aplicadas com a finalidade de identificar a evolução do processo ensino/ aprendizagem);
- Apenas 8 Estados indicaram que fizeram ampliação de carga horária e poucas redes registraram a realização de intervenções pedagógicas⁹ específicas, como tutoria (7 Estados), reagrupamento de estudantes (8 Estados) e aceleração da aprendizagem (11 Estados).

Os estudos realizados pela Undime e pelo Vozes da Educação apontaram **desafios técnicos e de implementação nas ações de recomposição das aprendizagens**. Em geral, os principais desafios mapeados, seja nas redes estaduais, seja nas redes municipais foram:

⁹ A pesquisa do Vozes da Educação definiu as intervenções pedagógicas citadas nesta nota da seguinte forma: **aceleração da aprendizagem** como ações oferecidas pela rede de ensino com foco no desenvolvimento das habilidades essenciais, contribuindo com a correção do fluxo escolar ; **reagrupamento** como as ações de agrupamento temporário de estudantes, de acordo com o nível de aprendizagem, diagnosticados por meio de instrumentos de avaliação; e a **tutoria** como as estratégias que ofertam atendimento individual ou em pequenos grupos para alunos, realizadas por professores, bolsistas universitários, ou estudantes em nível avançado, com supervisão de um professor-orientador.

- Apoio ao transporte que impactam na definição de atividades para contraturno presencial;
- O acesso à Internet pelos alunos, no caso de atividades remotas que podem apoiar a recomposição fora da escola;
- A participação das famílias e a motivação de alunos e professores para a realização das atividades de recomposição.

Vale ressaltar que não temos indicadores públicos oficiais e sistematizados que tratem de processos de recomposição das aprendizagens realizados especialmente na etapa do Ensino Médio.

4. Princípios inegociáveis para uma estratégia de Recomposição das Aprendizagens

- **A recomposição deve se pautar na BNCC.** Uma Base Nacional Comum Curricular foi prevista pela Constituição Federal (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pelo Plano Nacional de Educação (2014). Finalmente construída entre 2015 e 2018, a BNCC apresenta as aprendizagens essenciais a que todas as crianças e jovens têm direito ao longo de sua escolaridade básica. Não só obrigatória, mas também bem aceita¹⁰, a BNCC tem chegado às escolas e salas de aula de todo o Brasil por meio dos 27 referenciais curriculares estaduais e 5.564 currículos dos municípios, PPPs, professores, materiais didáticos alinhados a ela.

Assim, defendemos que a recomposição deve se pautar na BNCC, de forma a dar continuidade a um processo de implementação de longo prazo e mantendo coerência nas ações e instruções para as redes. Este processo passa por evidenciar o que está

¹⁰ Pesquisas conduzidas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) em 2021 e 2022 indicam que cerca de 80% dos professores entrevistados que atuam na EI e EF afirmam que a BNCC contribui positivamente para a prática docente, 71% dos professores entrevistados do Ensino Médio concordam ou concordam muito que a Base vem impactando positivamente mudanças que se referem à cultura profissional e 72% dos diretores têm uma visão positiva dos efeitos da BNCC Ensino Médio sobre as diferentes dimensões da gestão educacional. Os relatórios dessas pesquisas podem ser acessados [aqui](#).

disposto na Base Nacional Comum Curricular e nos referenciais curriculares alinhados, que explicitam as aprendizagens chave para todas as crianças e jovens brasileiros, traz foco para o que é essencial, favorecendo a priorização curricular, as avaliações diagnósticas, estratégias indispensáveis para a recomposição das aprendizagens. Vale ainda afirmar que a centralidade da recomposição na BNCC reflete a intenção de promover a garantia dos direitos de aprendizagem essenciais para todos os estudantes brasileiros previstos por este documento normativo.

- Recomposição é **uma ação pedagógica sistêmica**, com planejamento, previsão de tempo, recursos financeiros e pedagógicos, ações de acompanhamento e estratégias coordenadas. As ações, apesar de executadas pelas escolas, devem ser coordenadas pela Secretaria de Educação, com o envolvimento direto das equipes gestoras escolares e apoio técnico-financeiro direto para as atividades dos professores;
- É preciso que as ações de recomposição considerem um ciclo que envolve necessariamente: **priorização curricular, avaliações diagnósticas e formativas e intervenções pedagógicas**:
 - No que tange às avaliações, a pandemia agravou as diferenças de aprendizagem em sala de aula e o primeiro passo para um bom planejamento pedagógico é **entender o que cada um já aprendeu, através da avaliação diagnóstica**. Ao mesmo tempo, é fundamental acompanhar a aprendizagem dos alunos, a fim de **ajustar o planejamento de aulas às necessidades da turma, através de avaliações formativas**.
 - O cenário de perdas de aprendizagem exige que os(as) professores(as) dediquem tempo para trabalhar competências dos anos anteriores, ou mais básicas, antes de avançar no currículo. Dado que o tempo de aula é



limitado, é fundamental priorizar¹¹, dentre as competências e habilidades do currículo, aquelas que são mais importantes para o desenvolvimento de habilidades importantes dos anos seguintes.

- Uma vez mapeado o nível de aprendizagem de cada aluno e definidas as habilidades essenciais a serem trabalhadas, professores(as), escolas e redes de ensino devem promover iniciativas pedagógicas para fortalecer as aprendizagens prioritizadas. Diversos modelos podem ser eficazes: reagrupamento por nível de aprendizagem¹², tutoria¹³ para alunos que

¹¹ Desde o advento da pandemia, foi preciso repensar as estratégias para garantir a continuidade pedagógica e o vínculo entre estudantes e professores. Observou-se ainda o surgimento de normativas e orientações oficiais para a realização de processos que foram chamados de priorização curricular, que consistiu na definição de recortes prioritários dos currículos oficiais que tiveram o objetivo de garantir “aprendizagens essenciais” para os estudantes e apoiar ações de recomposição, a fim de diminuir a distância entre o que se espera que os alunos aprendam e o que de fato estão aprendendo. No Brasil, os referenciais curriculares alinhados à BNCC foram adaptados por várias Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, tendo como principal referência os [Mapas de Foco da BNCC](#), produzidos pelo Instituto Reúna, com o objetivo de ajudar a orientar a flexibilização curricular e escolha de conteúdos a ser trabalhados pelas redes de ensino neste período de excepcionalidade.

¹² Segundo a publicação [Soluções inovadoras para reduzir desigualdades educacionais](#), do BID, um conjunto de evidências geradas por meio de avaliações rigorosas mostram que programas que adaptam a instrução de ensino na escola por nível de aprendizagem – e não por ano ou série- têm gerado melhoria significativa dos resultados de aprendizagem de intervenção é agrupar presencialmente alunos em turmas conforme a aprendizagem. Um caso conhecido no Brasil é o programa *Teaching at the Right Level* (TaRL). Cabe ressaltar que esta ferramenta tem sido utilizada especialmente para os Anos Iniciais em escolas públicas brasileiras. Para mais informações sobre aplicações deste programa no Brasil, recomendamos a leitura do *policy review* [Melhores práticas para recompor aprendizagens](#), da *Stanford Graduate School of Education*.

¹³ A tutoria é apontada pela literatura como uma das estratégias mais eficientes para a realização de atividades de recomposição das aprendizagens. Segundo a [School Pulse Panel](#), três tipos de tutoria foram oferecidas aos estudantes de escolas públicas americanas: *High-dosage tutoring* (ocorre por pelo menos 30 minutos por sessão, individualmente ou em pequenos grupos, oferecida três ou mais vezes por semana, é fornecida por educadores ou tutores bem treinados, alinhada com um currículo ou programa básico baseado em evidências e também é conhecido como tutoria baseada em evidências ou de alta qualidade), *Standard tutoring* (método menos intensivo de tutoria que pode ocorrer em ambientes individuais, em pequenos grupos ou em grandes grupos, é oferecido menos de três vezes por semana e é fornecido por educadores que podem ou não ter recebido treinamento específico em práticas de tutoria) e *Self-paced tutoring* (método de tutoria no qual os alunos trabalham por conta própria, geralmente online, onde recebem instrução guiada que lhes permite passar para um novo material após demonstrar domínio do conteúdo). Existem diferenças marcantes entre esses modelos, especialmente no que tange a efetividade. Segundo Susanna Loeb, Professora de Educação de Stanford “há uma grande diferença entre o que chamamos de tutoria de alto impacto e o que se parece

necessitem de maior atenção, apoio de professores assistentes, ampliação de carga horária, entre outros.

5. Contornos estratégicos para a estratégia nacional de recomposição

Com base na escuta com a rede do Movimento pela Base, organizações parceiras, e entidades representativas, definimos alguns pontos estratégicos a ser considerados no desenho da política de recomposição:

- É importante que, numa ação em nível nacional exista um protagonismo estratégico do Ministério da Educação, a partir de uma atuação que aconteça **num viés de indução**. Uma iniciativa nacional precisa reconhecer que há muitos esforços em andamento nas redes e deve evitar iniciativas centralizadoras ou desalinhadas com as ações empreendidas por Estados e Municípios. É importante pensar numa **política de governança articulada com entidades representativas dos Estados e Municípios** (Consed e Undime);
- **Que existam incentivos financeiros para redes que implementam estratégias de recomposição em andamento**, com base na pactuação de metas e monitoramento dos resultados dos estudantes, com aval dos Estados e Municípios. Esses recursos podem ser encaminhados aos entes federativos (via SIMEC), ou diretamente para as escolas (via PDDE) ;
- O MEC pode apoiar o **fortalecimento das estratégias nacionais a partir de insumos técnicos**, tais como:
 - **Guias de orientação** para recomposição com diferentes configurações (em sala de aula no próprio turno; no contraturno).

mais com ajuda opcional de lição de casa, onde o aluno escolhe um tutor, mas é responsável por procurar esse tutor com dúvidas, e o tutor então responde às perguntas do aluno. Esses programas geralmente têm baixa adesão. Evidências recentes mostram que os alunos que aderem a esse tipo de apoio tendem a ser os alunos mais engajados e com melhores resultados acadêmicos, ampliando desigualdades.”. Sugerimos ainda a leitura da publicação [Design principles for acceleration student learning with high impact](#), da EdResearch for Action Project traz alguns princípios chave para a definição de estratégias de tutoria de alta qualidade.



- **Materiais de apoio ou plataformas para viabilizar a avaliação/diagnóstico** dos níveis de aprendizagem dos estudantes.
 - Definição de prioridades e hierarquização de aprendizagens previstas na BNCC;
 - **Ferramentas que possibilitem o acompanhamento personalizado** do desenvolvimento dos estudantes.
 - **Materiais pedagógicos**¹⁴ alinhados a um currículo priorizado à luz da BNCC, itens de avaliações diagnósticas e formativas, cadernos de atividades, etc.
- É estratégico que exista um maciço **apoio à formação de professores para que eles possam realizar intervenções pedagógicas específicas para a recomposição** (reagrupamento de estudantes, tutoria, ações de aceleração da aprendizagem, etc), alinhados com materiais estruturados para estudantes e ferramentas para a avaliação de resultados de aprendizagem;
 - É preciso **realizar o monitoramento e avaliação desta política considerando os impactos produzidos na aprendizagem dos alunos**. Os dados devem permitir traçar um retrato da mobilização que as escolas fizeram a partir das medidas disponibilizadas no âmbito da política, indicando que as escolhas feitas pelas escolas são as que melhor respondem às necessidades de recuperação de aprendizagens dos alunos. Os relatórios do *Plano*

¹⁴ Uma série de materiais de apoio estão disponíveis para que as redes e escolas possam trabalhar as defasagens de aprendizagem: [Fichas para recomposição da aprendizagem](#) de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas pelo Movimento pela Base, em parceria com a Nova Escola e o Instituto Reúna, com indicações que vão desde o planejamento até a prática em sala de aula para todo o Ensino Fundamental; [Fortalecimento da aprendizagem](#), elaborado pelo Instituto Reúna, com recursos didáticos para professores de Língua Portuguesa e Matemática, e materiais formativos para coordenadores pedagógicos e formadores, que auxiliam na recomposição das aprendizagens dos Estudantes do Ensino Médio. A iniciativa [Avançar - Para Uma Matemática Engajadora](#) do Instituto Reúna, indica o Escopo e Sequência das aprendizagens prioritárias em Matemática para os estudantes do Ensino Fundamental avançarem, que se desdobra em um material orientador aula a aula para professor e está conectado ao material de Estudos Orientados dos estudantes, além de materiais complementares que apoiam a implementação e o acompanhamento dessa proposta.

21|23 *Escola+*¹⁵ em Portugal, e o *School Pulse Panel*¹⁶ nos Estados Unidos, são exemplos de práticas de monitoramento de políticas de recomposição que utilizam dados coletados nas escolas, no âmbito das práticas e dos resultados de aprendizagem.

6. Considerações finais

Ao longo desta nota, são apresentados os posicionamentos do Movimento pela Base a respeito de reflexões e contornos essenciais para o estabelecimento de uma estratégia nacional de recomposição das aprendizagens. Dentre eles, ressaltamos nossa posição pelos seguintes pontos:

- Ao explicitar as aprendizagens a que todas as crianças e jovens têm direito e quando essas aprendizagens deveriam estar desenvolvidas, a Base Nacional Comum Curricular tornou possível materializar o quanto os estudantes estavam em dia ou não com as aprendizagens a que tinham direito, nos anos que estavam cursando;
- As defasagens de aprendizagem, já inaceitáveis, foram ainda mais ampliadas e aprofundadas pela pandemia da Covid 19;
- Os estudantes têm o direito de desenvolver as aprendizagens essenciais que não desenvolveram - e são muitas, em todas as etapas da educação básica -, e isso só acontecerá se o Brasil construir e implementar uma estratégia nacional de recomposição de aprendizagens robusta e pautada nos direitos de aprendizagem explicitados pela BNCC;

¹⁵ O Plano 21-23 de Recuperação das Aprendizagens em Portugal é composto por um eixo de monitoramento e avaliação da eficácia e eficiência das ações implementadas, coordenado por uma comissão de acompanhamento, que publica uma série de [relatórios](#) com informações sobre resultados das estratégias das escolas. Para saber mais sobre o plano, acesse o [site](#) da iniciativa..

¹⁶ O [School Pulse Panel](#) é um painel que sistematiza informações sobre o impacto da pandemia de COVID-19 a partir de uma amostra nacional de escolas públicas americanas de ensino fundamental, médio e mistas. Algumas perguntas da pesquisa são feitas repetidamente para observar tendências ao longo do tempo, enquanto outras examinam tópicos exclusivos em um único mês. O painel traz uma série de informações relevantes sobre o processo de recomposição das aprendizagens.

- A recomposição deve ser uma ação pedagógica sistêmica (executada pelas escolas, e coordenada pelas Secretarias de Educação) pautada na BNCC, de forma a garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes brasileiros;
- As estratégias de recomposição devem considerar um ciclo que envolve necessariamente: priorização curricular, avaliações diagnósticas e formativas e intervenções pedagógicas;
- É essencial que exista uma política indutora liderada pelo Ministério da Educação, que reconheça os esforços em andamento nas redes e tenha uma governança articulada com entidades representativas dos Estados e Municípios;
- A estratégia nacional deve prever insumos técnico-financeiros para as redes que implementam estratégias de recomposição;
- É fundamental que haja monitoramento e avaliação das estratégias de recomposição, considerando os impactos produzidos na aprendizagem dos alunos a partir das escolhas estratégicas feitas pelas escolas e redes.

Por fim, acreditamos que a definição de uma estratégia nacional de recomposição das aprendizagens é a afirmação de um compromisso com a educação brasileira e com os direitos de aprendizagem dos estudantes previstos na BNCC, que precisam ser garantidos aos mais de 47 milhões de estudantes de todo o Brasil.